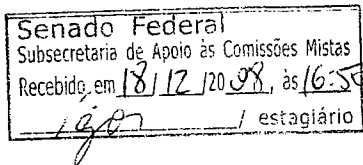


**CONGRESSO NACIONAL****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 451, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008****EMENDA ADITIVA**

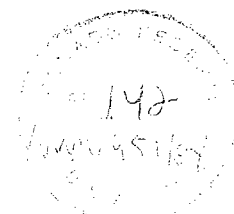
Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, onde couber, os seguintes dispositivos:

**Art.xx** As pessoas jurídicas com débitos vencidos relativos à taxa de fiscalização instituída pela Lei no 7.940, de 20 de dezembro de 1989, poderão efetuar o pagamento dos seus débitos com redução de cinquenta por cento nas multas e nos juros legalmente exigíveis, bem como mediante parcelamento em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, desde que formulado requerimento neste sentido à Comissão de Valores Mobiliários - CVM no prazo de cento e vinte dias após a publicação da lei que aprovar a presente Medida Provisória.

§ 1º Apresentado requerimento de parcelamento nos termos previstos no *caput*, a CVM promoverá a consolidação de todos os débitos existentes, inclusive dos que são objeto de cobrança judicial, e adotará as demais providências administrativas cabíveis.

§ 2º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, independentemente da constituição de garantias, devendo ser observada, como base para o cálculo de encargos, a variação da TJLP, e fixado o percentual da verba de honorários advocatícios, para as execuções em curso, em 1% (um por cento) do valor da causa, parcelados em até sessenta meses, em prestações iguais e mensais.

§ 3º A parcela mínima para fins do parcelamento de que trata o *caput* não poderá ser inferior ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).





§ 4º O deferimento do parcelamento constitui confissão do débito reconhecido e autoriza, tanto à CVM como ao contribuinte, pretender a extinção dos processos em curso, sem outros ônus sucubenciais para as partes, que não os previstos no § 2º supra.

### **JUSTIFICATIVA**

O § 3º do art. 9º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que prevê o parcelamento da taxa de fiscalização instituída pela Lei nº 7.940/89, estabelece que o benefício deverá observar a regulamentação da CVM aplicável ao assunto.

Ocorre que o benefício fiscal não foi aproveitado pelos contribuintes. A lei supramencionada não explicitou todos os aspectos do processo administrativo para a concessão do favor, particularmente quanto aos débitos objeto de cobrança judicial, e especialmente no que concerne ao tratamento dos encargos decorrentes, ou seja, das custas, despesas e honorários.

Portanto, visando a composição dos interesses gerais, o dos contribuintes - de regularizar as respectivas situações, e o da Fazenda Pública - de realizar a arrecadação no prazo fixado, mas em condições de efetividade e presteza, inclusive como forma de evitar a constituição de novas demandas em prejuízo das finalidades que inspiraram a concessão do parcelamento, sugere-se a seguinte emenda com a finalidade de possibilitar a realização dos parcelamentos, contemplando os aspectos acima referidos, conforme os princípios norteadores dos diplomas que dispõem sobre tal benefício acerca de tributos federais.

Brasília, 18 de dezembro de 2008.

  
**Deputado ODAIR CUNHA**  
PT/MG

